



CMI - MA <camara.itz.comissoes@gmail.com>

A/C Alcemir ou Doralina - Redesignação- Prestação de Contas 2º Quadrimestre

2 mensagens

CMI - MA <camara.itz.comissoes@gmail.com>

27 de setembro de 2022 08:53

Para: Planejamento Semus <planejamentosemus@gmail.com>

Imperatriz, 27 de setembro de 2022.

A sua Senhoria
Secretário **Alcemir Costa**

Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS**Assunto:** Informar nova data de **Audiência Pública**.

Prezado Secretário,

Ao cumprimentá-lo formalmente, vimos por meio desta, informar a redesignação da **audiência pública que ocorreria dia 29 de setembro para o dia 20 de outubro de 2022 (quinta-feira)** às 9h no Plenário desta egrégia casa de Leis, para na ocasião ser tratado sobre **"Apresentação do Relatório do 2º Quadrimestre de 2021 da Secretaria Municipal e Saúde – SEMUS"**.

O motivo da redesignação se dá pela cessão do prédio da Câmara Municipal de Imperatriz para a Justiça Eleitoral para que o prédio seja utilizado como colégio eleitoral.

Assim sendo, renovamos os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Hugo Laranjeira Ferro

DEPARTAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Planejamento Semus <planejamentosemus@gmail.com>

27 de setembro de 2022 09:45

Para: CMI - MA <camara.itz.comissoes@gmail.com>

Bom dia,

Recebido!

Atenciosamente,

APPES - SEMUS

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

Assessoria de Planejamento e Projetos Especiais - APPES



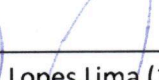
ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Imperatriz/MA, 17 outubro de 2022

AUTORIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
TEMA: 2º Quadrimestre da SAÚDE e 2022


A pedido da secretaria de saúde deste município, e após consulta em Comissão, os vereadores membros da COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, abaixo subscritos e assinados, **autorizam a realização de audiência pública** com o tema “2º quadrimestre da saúde de 2022”.


Márcio Renê Gomes de Sousa (Presidente)


Rubem Lopes Lima (1º Vice-Presidente)


Flamarion de Oliveira Amaral (2º Vice-Presidente)


Jhony dos Santos Silva (1º Secretário)


Terezinha de Oliveira Santos (2º Secretário)



CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES

OFÍCIO N° 112/2022/CMI/DCP

Imperatriz, 18 de outubro de 2022.

Aos Senhores Vereadores – Em Plenário
Câmara Municipal de Imperatriz

Assunto: Aviso de **Audiência Pública**.

Senhores Parlamentares,

Ao cumprimentá-los formalmente, informamos a designação da **audiência pública para o dia 20 de outubro de 2022 (quinta-feira)** às 9h no Plenário desta egrégia casa de Leis, para na ocasião ser tratado sobre **“Apresentação do Relatório do 2º Quadrimestre de 2022 da Secretaria Municipal e Saúde – SEMUS”**.

Assim sendo, renovamos os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Hugo Laranjeira Ferro
DEPARTAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Câmara Municipal de Imperatriz
Gabinete da Presidência
20/10/2022 - 09:28
Francisca Fernandes Sousa
Secretária da Presidência - Matrícula 0001



**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

OFÍCIO CIRCULAR Nº 113/2022/CMI/DCP

Imperatriz, 18 de outubro de 2022

A Suas Senhorias os (as) Senhores (as)

- | | |
|---------------------------------|--|
| 1. Fábio Barbosa, | 5. Paulo de Tasso Oliveira Assunção, |
| 2. Deivon de Aguiar Santos, | 6. Departamento de Comunicação Social, |
| 3. Francisca Fernandes Sousa, | 7. Departamento de Cantina, |
| 4. Francisca Fernandes Bezerra, | 8. Luciano Brandão Ribeiro. |

Servidores
Imperatriz/MA

Assunto: Aviso de Audiência Pública.

Senhor (a) Servidor (a),

A COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 77, inciso VI, do Regimento Interno e neste ato representando seu presidente Art. 81, inciso II, **informa Vossa Senhoria**, que ocorrerá **Audiência Pública**, no **dia 20 de outubro de 2022 (quinta-feira)**, às 9h no Plenário Léo Franklin, nas dependências do Poder Legislativo de Imperatriz - MA, para na ocasião ser tratado sobre **"Apresentação do Relatório do 2º Quadrimestre de 2022 da Secretaria Municipal e Saúde – SEMUS"**.

Por fim, vale destacar que os seus serviços são essenciais para o bom desenrolar da solenidade supracitada.

Atenciosamente,

Hugo Laranjeira Ferro
DEPARTAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Rua: Simplicio Moreira, nº. 1185 – Centro – Telefone: 3525-3452.

Francisca Fernandes
18/10/22
Câmara Municipal de Imperatriz
Gabinete da Presidência
Francisca Fernandes Sousa
Secretária da Presidência - Matrícula 0006

Francisca Fernandes
18.10.2022

Ernan Batista de Figueiredo
18.10.2022

Paulo de Tasso Oliveira Assunção
18.10.2022

Fábio S. Barbosa
18.10.2022



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE / SUS

OFÍCIO GAB/SEMUS Nº 102/2022

Imperatriz- MA, 17 de outubro de 2022

Ao Senhor

Márcio Renê Gomes de Sousa

Presidente da Comissão de Saúde e Assistência Social

Departamento das Comissões Permanentes

Câmara Municipal de Imperatriz

NESTA

Assunto: Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2022 - Delegação

Prezado,

Alcemir da Conceição Costa, brasileiro, divorciado, servidor público, portador da Carteira de Identidade nº GEJUSPC/MA - 1160221992, inscrito no CPF/MF sob o nº 00.939.023/0001-66, na qualidade de Secretário Municipal da Saúde em exercício, com endereço à Avenida Dorgival Pinheiro de Sousa 47, Centro, informa respeitosamente a Vossa Senhoria, que a **Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2022**, agendada para **20 de outubro de 2022** (5ªfeira) através de **Audiência Pública**, será apresentada pela Srª **Doralina Marques de Almeida**, que exerce o cargo de **Secretário Municipal Adjunto** nos termos da Portaria nº 12.843, de 6 de abril de 2020.

Na qualidade de Secretário Municipal delega a Srª **Doralina Marques de Almeida**, todos os poderes para que a mesma possa representar e agir em seu nome no tocante à Secretaria Municipal de Saúde de Imperatriz, em tudo o que se fizer necessário e corresponder ao evento em questão.

Renova na oportunidade os préstimos de consideração e firma o presente em 2 vias de igual forma e teor, uma das quais pede-se, por gentileza, devolução após a devida e protocolar recepção.

Atenciosamente,

ALCEMIR DA CONCEIÇÃO COSTA

Secretário Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AV. DORGIVAL P. DE SOUSA, Nº 47, CENTRO, CEP 65903-270 IMPERATRIZ (MA)
TELEFONE: 3524-9872
www.imperatriz.ma.gov.br



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 10.046 DE 06 DE MAIO DE 2019.

Nomeia para o cargo em comissão,
que especifica e dá outras
providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, Estado do Maranhão, **FRANCISCO DE ASSIS ANDRADE RAMOS**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo dispositivo no inciso II do art. 37 da Constituição Federal, no inciso II do art. 19 da Constituição Estadual, e inciso II do art. 51 da Lei Orgânica do Município e **CONSIDERANDO** a Lei Municipal nº 1.235/2007 e Lei Complementar 001/2016, que dispõe sobre a Reestruturação Administrativa da Prefeitura Municipal de Imperatriz,

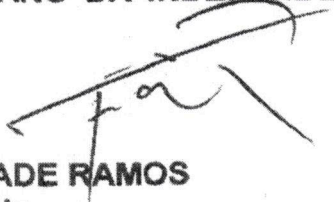
RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **DORALINA MARQUES DE ALMEIDA**, para exercer o cargo em comissão, de **COORDENADOR DA SAÚDE IV**, simbologia **CCS-5**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com remuneração estabelecida Lei nº 1.235/2007.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação nos placares da Prefeitura Municipal de Imperatriz.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO, EM 06 DE MAIO DE 2019, 198º ANO DA INDEPENDÊNCIA E 131º DA REPÚBLICA.


FRANCISCO DE ASSIS ANDRADE RAMOS
Prefeito de Imperatriz



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Imperatriz/MA, 20 de outubro de 2022.

Pauta

AUDIÊNCIA PÚBLICA:

Painel Discursivo: - Apresentação do 2º quadrimestre da saúde de 2022.

COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL:

PRESIDENTE	Márcio Renê Gomes de Sousa
1º VICE-PRES.	Rubem Lopes Lima
2º VICE-PRES.	Flamarion de Oliveira Amaral
1º SECRETÁRIO	Jhony dos Santos Silva
2º SECRETÁRIO	Terezinha de Oliveira Santos
1º SUPLENTE	Ricardo Seidel Guimarães
2º SUPLENTE	João Francisco Silva

Anotações:

TICIANO LEITE MELO

ANNE DANIELLE FARIAS

Alexandra Brandão

Dona Lina MARQUES DE ALMEIDA



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
COMISSÕES PERMANENTES DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Imperatriz, 20 de outubro de 2022.

RITO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

- **LEITURA DO SALMO ()**
- **ABERTURA – AUDIÊNCIA PÚBLICA** Apresentação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária do Fundo Municipal da Saúde, referente ao 2º quadrimestre de 2022.
- **CONVIDAR OS PRINCIPAIS ENVOLVIDOS PARA COMPOR A MESA** (se ainda não estiverem a postos)
- **APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO:** (é dever de apenas os membros da comissão comparecerem)
- **COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

PRESIDENTE	Márcio Renê Gomes de Sousa
1º VICE-PRES.	Rubem Lopes Lima
2ª VICE-PRES.	Flamarion de Oliveira Amaral
1ª SECRETÁRIO	Jhony dos Santos Silva
2º SECRETÁRIO	Terezinha de Oliveira Santos
1º SUPLENTE	Ricardo Seidel Guimarães
2º SUPLENTE	João Francisco Silva



PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO MARANHÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

COMISSÕES PERMANENTES DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

➤ **BASE LEGAL:** Art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012

➤ **PASSA A PALAVRA** ao Secretário de saúde ou a Pessoa delegada formalmente, para que possa apresentar pelo tempo que for necessário a prestação de contas:

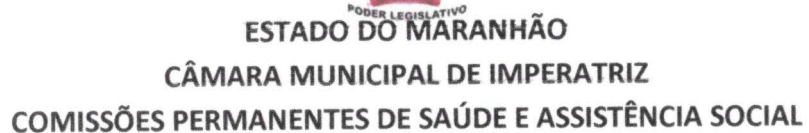
➤ **Inscrição Dos Vereadores Para Perguntas:**

- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____

➤ **INSCRIÇÃO DO PLENÁRIO/IMPrensa** (a critério do presidente)

➤ **Oferecer a palavra ao Secretário para considerações finais (resumo)**

➤ **ENCERRAMENTO**



This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

3



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
Gabinete do Vereador Carlos Hermes
Tel.: 99 3524-3359 / carloshermes.camara@gmail.com

GAB. VEREADOR CARLOS HERMES.

Imperatriz – MA, 20 de Outubro de 2022.

Ao Senhor
Renê Gomes de Sousa
Presidente da Comissão de Saúde.

Assunto: Cancelamento de Audiência Pública.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz,

Ao cumprimentar V. Ex^a. Venho informar que a Audiência Pública de apresentação do Relatório de Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2022, está em desconformidade com o que rege a Lei Complementar nº 141/12, artigo 36 que discorre claramente sobre a obrigatoriedade do gestor do Fundo Municipal de Saúde apresentar o relatório de que trata o caput.

Sendo o titular da Secretaria o gestor direto e responsável pelos recursos do Sus, caberia a ele vir pessoalmente prestar contas. Dessa forma solicito o cancelamento e remarcação desta Audiência Pública dentro do prazo legal.

Certo de contar com sua colaboração, reitero votos de apreço e estima.

Atenciosamente,

Carlos Hermes Ferreira da Cruz.
Vereador

*Recebido
20/10/22
AS 10:50
Maurício*



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Despacho de solicitação de diligencia.

A sua Excelência, o Senhor
Procurador geral da Câmara Municipal de Imperatriz
C/Copias ao Departamento de Comissoes

Assunto: Solicitação de Apuração de pleito em plenário.

Senhor procurador,

Informo que no dia 20/10/2022 durante audiência pública para apresentação do 2º quadrimestre da Saúde de 2022, o Vereador Carlos Hermes protocolou pedido de cancelamento da audiência em curso, expondo suas razões em ofício (segue em anexo) oriundo de seu gabinete Nº (sem número).

Por tanto solicito a confecção de parecer jurídico a respeito das razões de anulação da solenidade supradita.

Por fim aguardamos as orientações, bem como o informe a este que subscreve para que a mesma possa dar prosseguimento as atribuições de praxe.

Na certeza de podermos contar com a vossa colaboração, reiteramos nossos votos de grande estima e elevado respeito.

Atenciosamente,

Márcio Renê Gomes de Sousa
Presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
PROCURADORIA DA CÂMARA

PARECER Nº 32/2021/PCMITZ.

À Sua Senhoria o Senhor
MARCIO RENÊ DE SOUSA
Vereador

Assunto: **Solicitação de Parecer Jurídico quanto a possibilidade de delegação de ato administrativo.**

1. Foi acolhido por esta Procuradoria, despacho do Ilmo. Presidente da Comissão da Saúde, Vereador Márcio Renê de Sousa, solicitando parecer sobre a possibilidade de delegação de ato do Secretário de Saúde, Sr. Alcemir Costa, o qual delegou poderes para a Secretária Adjunta, Sra. Doralina Marques de Almeida, prestar contas referente ao 2º quadrimestre de 2022.
2. Trata-se de caso de delegação de ato administrativo, o qual tem previsão no art. 55, §2º da Lei Orgânica de Imperatriz:

Art. 55 - (...)

§ 2º - Compete aos Secretários Municipais, além de outras atribuições estabelecidas nesta Lei Orgânica e em Lei Ordinária:

(...)

V – delegar atribuições, por ato expresse aos seus subordinados, na forma da lei.
3. Cumpre explicitar ainda, que no Direito Administrativo não basta a capacidade (titularidade de direitos e obrigações passíveis de serem exercidas, por si ou por terceiros) para que atos administrativos sejam praticados. É necessário que o sujeito tenha competência (poderes conferidos pela ordem jurídica para o desempenho de funções específicas) que legitime sua atuação na realidade em questão.
4. Sendo assim, quem atua em nome do Estado, emitindo ato unilateral ou firmando vínculos por acordo, deve possuir capacidade e, ainda, competência administrativa para proferir especificamente aquele comando.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
PROCURADORIA DA CÂMARA

5. Não é outra a orientação do Supremo Tribunal Federal: *"A competência para a prática do ato administrativo, seja vinculado, seja discricionário, é a condição primeira de sua validade."*¹
6. Ora, no presente caso houve uma delegação do Secretário de Saúde de Imperatriz, para sua Secretária Adjunta, a competência de realizar a prestação de contas relativa ao 2º quadrimestre da saúde. O que se mostra plenamente possível, haja vista a previsão do ato de delegação e a competência do servidor delegado.
7. Diante de todo exposto, do ponto de vista de constitucionalidade e juridicidade, a Procuradoria Jurídica OPINA s.m.j. pela POSSIBILIDADE de delegação de ato do Sr. Secretário de Saúde, para Secretária Adjunta, com vistas a realização da prestação de contas do 2º quadrimestre de 2022.

Salvo melhor juízo.

Imperatriz/MA, 20 de outubro de 2022.


Mário Henrique Ribeiro Sampaio

Procurador Geral da Câmara de Imperatriz-MA

Portaria 035/2022

¹ RMS nº 26.967-DF, rel. Min. Eros Grau, 2ª Turma do STF, julgamento em 26.02.2008, DJe de 03.04.2008.

**Ata da Realização da Audiência Pública de Apresentação
de Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária
do Fundo Municipal de Saúde - FMS
do 2º Quadrimestre de 2022 - 20-10-2022**

Em 20 de outubro de 2021, às 9 horas, no Plenário Léo Franklin, sob a coordenação da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida para Audiência Pública de Apresentação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do 2º Quadrimestre de 2022 da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde - FMS de Imperatriz. Ao abrir os trabalhos, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Marcio Renê Gomes de Sousa, solicitou ao vereador Ricardo Seidel Guimarães que procedesse à leitura do *Salmo 23 da Bíblia Sagrada*. Neste ínterim, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Marcio Renê Gomes de Sousa, convidou a compor a mesa, além dos membros dessa Comissão presente, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida. A seguir, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Marcio Renê Gomes de Sousa, declarou aberta a Audiência Pública de Apresentação de Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária da Saúde Pública Municipal de Imperatriz no 2º Quadrimestre de 2022, que tinha como fato gerador o e-mail, de 27 de setembro, do coordenador do Departamento das Comissões Permanentes, Hugo Laranjeira Ferro, que, em virtude da utilização da sede da Câmara Municipal como local de votação das eleições em 30 de outubro, comunicava ao secretário municipal de Saúde, Alcemir da Conceição Costa, reagendava, para o dia 20 de outubro, a audiência pública inicialmente o dia 29. Nesta ocasião, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Marcio Renê Gomes de Sousa, convidou a também compor a mesa os demais membros dessa Comissão: primeiro secretário dessa Comissão, Jhony dos Santos Silva, a segunda secretária, Terezinha de Oliveira Santos, e os suplentes Ricardo Seidel Guimarães e João Francisco Silva. Ao abrir os trabalhos, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Marcio Renê Gomes de Sousa, citou os demais membros dessa comissão: Rubem Lopes Lima (primeiro vice-presidente) e Flamarion de Oliveira Amaral (segundo vice-presidente). Nesta ocasião, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Marcio Renê Gomes de Sousa, registrou a presença também dos vereadores Amauri Alberto Pereira de Sousa, Adhemar Alves de Freitas Júnior, Antônio Silva Pimentel, Carlos Hermes Ferreira da Cruz, Cláudia Fernandes Batista, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whelberson Lima Brandão e Zesiel Ribeiro da Silva, além de assessor e assessoras da pasta da saúde Ticiano Leite Melo, Anne Danielle Franco e Alexânia Brandão. Ato contínuo, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Marcio Renê Gomes de Sousa, repassou a palavra à secretária-adjunta municipal

de Saúde, Doralina Marques de Almeida, para que desse início à apresentação dos relatórios. Ao se dirigir à Tribuna Freitas Filho, à secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, explicou que a Audiência Pública, que havia sido agendada inicialmente para o dia 29, fora antecipada para aquela data em virtude da utilização da sede da Câmara Municipal como local de votação da eleição que se realizaria no dia 30 vindouro. Nesta ocasião, o vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz questionou por que não era o secretário municipal de Saúde, Alcemir da Conceição Costa, o ordenador de despesas da pasta, a comparecer à Câmara para fazer a apresentação do Relatório, ao que o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Marcio Renê Gomes de Sousa, respondeu que o referido secretário municipal havia designado oficialmente a secretária-adjunta. Nesta ocasião, mencionou os diplomas e dispositivos legais que fundamentavam a Audiência Pública: Lei Complementar Federal nº 141/2000, Lei Complementar Federal nº 8142/1990, Lei Federal nº 8080/1990, Portaria MS nº 545/2020 e Resolução CNS nº 459/2012. A seguir, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, citou a população do Município, de 259.337 habitantes, dividida em 135.166 (feminina - 52,12%), 124.171 (masculina - 47,88%), com 6,35% de munícipes com idade acima de sessenta anos. Nesta oportunidade, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, explicou que os recursos da pasta se distribuíam em dois blocos de financiamentos que incluíam: ações e serviços públicos de saúde, atenção primária, atenção especializada, assistência farmacêutica, vigilância em saúde e gestão do Sistema Único de Saúde - SUS: : • bloco de custeio: recursos destinados à manutenção das condições de oferta e continuidade da prestação das ações e serviços públicos de saúde; • bloco de investimentos: recursos aplicados conforme definido no ato normativo que lhe deu origem e destinados exclusivamente à aquisição de equipamentos voltados para a realização de obras de construções ou ampliação e obras de reforma de imóveis já existentes. Na sequência, com o auxílio da projeção de dados e imagens por *data-show*, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, procedeu à apresentação dos dados constante de Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do FMS referentes ao segundo quadrimestre do exercício corrente, os quais constavam, classificadas por fontes e categorias, das receitas do financiamento da saúde provenientes da União, do Sistema Único de Saúde - SUS, do Estado e de outros municípios, transferências voluntárias receitas de operações de crédito vinculadas a saúde e outras receitas para financiamento da saúde. Na sequência, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, apresentou comparativos dessas receitas com as receitas auferidas no mesmo período do ano anterior. Neste ínterim, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, declarou que o Município ainda deparava deficiência em repasses de verbas por consequência do

fato de que o Município ainda não contava com pactuação relativas aos procedimentos de média complexidade. Ao se manifestar, o vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz solicitou o cancelamento da audiência pública, com base no artigo 36 da Lei Complementar nº 141/2012, segundo o qual havia a obrigatoriedade da apresentação do relatório de prestação de contas da Saúde pelo próprio titular da pasta. A esse respeito, o edil Carlos Hermes Ferreira da Cruz considerou vergonhoso que o secretário municipal de Saúde [Alcemir da Conceição Costa] não cumprisse a referida lei, a propósito do que questionou se este não tinha competência para apresentar ele próprio o relatório. Nesta oportunidade, o vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz lamentou que houvesse caos na área da saúde em Imperatriz, na qual faltavam medicamentos, especialistas e ambulâncias, após o que informou que formalizaria a solicitação de suspensão da audiência pública. Ao se pronunciar o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Marcio Renê Gomes de Sousa, declarou que seria registrada em ata a solicitação do edil Carlos Hermes Ferreira da Cruz, mas, como a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, havia sido oficialmente designada pelo titular da pasta, daria prosseguimento à apresentação. Logo depois, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, apresentou a aplicação em saúde no segundo quadrimestre no exercício corrente, que abrangia receitas de Impostos, IPTU, IRRF, ITBI, outras (multas, juros e impostos), transferências do Estado: ICMS, IPVA, IPI (exportação), FPM e ITR. Em seguida, expôs as receitas totais de financiamento da saúde, que incluíam transferências de recursos do Sistema Único de Saúde e transferências de repasse constitucional municipal. Na sequência, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, relatou a realização, no âmbito da pasta da Saúde, das despesas correntes (pessoal e encargos sociais e juros e encargos de dívida), despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização de dívida). Instantes depois, descreveu a execução dos recursos em:

- atenção básica: pagamento de servidores efetivos e contratados, materiais de consumo, serviços de terceiros e despesas com manutenção das Unidades Básicas de Saúde;
- MAC: pagamento de procedimentos médicos, ambulatoriais e hospitalares, pagamento de servidores efetivos e contratados, material de consumo, serviço de terceiro entre outros;
- vigilância em saúde: pagamento de servidores efetivos e contratados, materiais de consumo, serviços de terceiros e outras despesas inerentes às ações de vigilância em saúde;
- assistência farmacêutica: aquisição de medicamentos destinados aos agravos prevalentes e prioritários da Atenção Básica;
- bloco de investimento: reforma e construção de unidades e aquisição de equipamentos permanentes.

Neste íterim, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, frisou a importância da atenção básica nas ações de prevenção, mas ressaltou ainda era alto o índice de contágio de doenças sexualmente transmissíveis, a despeito de todas as

campanhas de conscientização da população, após o que acrescentou que haviam aumentado também os números de casos de depressão no pós-pandemia. Em seguida, apresentou as despesas referentes aos programas de saúde e aos procedimentos diagnósticos e terapêuticos, clínicos e cirúrgicos, por especialidades, realizados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde - Semus, no segundo quadrimestre do ano corrente, incluindo-se auditorias internas e externas, os procedimentos executados sob regulação, controle e avaliação, na atenção primária, nas estratégias de saúde da família, nas estratégias de saúde bucal, na assistência hospitalar e ambulatorial, de urgência e emergência, no suporte profilático e terapêutico, interno e comunitário, na vigilância sanitária e ambiental, na vigilância epidemiológica e na alimentação e nutrição, incluindo-se o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, o Programa Saúde da Criança e do Adolescente, Programa Vigilância Entomológica (dengue, febre amarela, zica, chikungunya, leishmaniose visceral, calazar/leishmaniose tegumentar americana), animais peçonhentos (cobra, escorpião, lagarta, aranha), o Programa Unidade de Vigilância em Zoonoses, a Vigilância Ambiental, o Programa Municipal de Hepatites Virais, o Programa Municipal de IST-HIV-AIDS, o Programa Municipal de Tuberculose, o Programa Municipal de Hanseníase, o Programa Municipal SIM/SINASC e Vigilância do Óbito, a Produção Ambulatorial do SUS, o Programa Tratamento Fora do Domicílio - TFD, o Programa Municipal de Equoterapia, Hospital Municipal de Imperatriz - HMI, Hospital Municipal Infantil de Imperatriz - HMII, a Rede de Saúde Mental, a Assistência Farmacêutica, a Unidade de Pronto Atendimento - UPA São José, o Centro Médico Integrado - CEMI Três Poderes e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu. Ao fazer uso da palavra, o vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior comentou que a preferência dos usuários pelo pronto-atendimento se dava em virtude das deficiências, empecilhos burocráticos e morosidade do atendimento prestado pelas Unidades Básicas de Saúde, razão pela qual era necessário rever o modelo de funcionamento das UBSs. A esse respeito, o edil Adhemar Alves de Freitas Júnior acrescentou que, por falta de reciclagem e atualização, profissionais da área da saúde pública perdiam o foco básico de suas atribuições, que era o de proporcionar bem-estar aos pacientes. A esse respeito, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, explicou que era insuficiente o financiamento do SUS ao sistema público de saúde, de modo que a demanda superava a capacidade de oferta do Município, após o que argumentou que as UBSs se destinavam a procedimentos preventivos, aos quais a população em geral não adería. A seguir, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, comentou que, em virtude de questão humanitária, o Município ainda se via à volta com excesso de demanda da região por falta de pactuação com municípios vizinhos. Ao retomar a palavra, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Marcio René Gomes de Sousa, procedeu à leitura de

ofício, daquela data, do vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz, que solicitava a suspensão da audiência pública, com base no artigo 36 da Lei Complementar nº 141/2012, segundo o qual havia a obrigatoriedade da apresentação do relatório de prestação de contas da Saúde pelo próprio titular da pasta. Nesta ocasião, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Marcio Renê Gomes de Sousa, comunicou que encaminhara o referido ofício à procuradoria da Casa para que esta emitisse parecer a respeito. Ao fazer uso da palavra, o edil Carlos Hermes Ferreira da Cruz comentou que, embora os incisos IV e V do artigo 55 da Lei Orgânica do Município estabelecesse ao titular da pasta da Saúde a faculdade de delegar atribuições a seus subordinados, questionava se não havia limite a essa faculdade de delegar atribuições. Nessa perspectiva, o vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz evocou o princípio da hierarquia das leis, conforme Hans Kelsen [1881-1973], levando em conta que a Lei Complementar nº 141/2012 determinava que era o titular da pasta da saúde o responsável pela apresentação dos relatórios quadrimestrais de prestação de contas, de modo que a Câmara Municipal incorria em ilegalidade, razão pela qual, caso persistisse essa ilegalidade, recorreria ao órgão de fiscalização externa, que era o Ministério Público. A seguir, o edil Carlos Hermes Ferreira da Cruz reiterou que a apresentação deveria ser adiada para que fosse realizada com a presença do secretário municipal de Saúde, Alcemir da Conceição Costa, momento em que voltou a protestar contra as deficiências verificadas no HMI, onde faltavam insumos básicos, inclusive medicamentos, por consequência do que pacientes faleciam. Ao fazer uso da palavra, o edil João Francisco Silva raciocinou que, como o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Marcio Renê Gomes de Sousa, havia encaminhado à Procuradoria da Casa o requerimento do colega Carlos Hermes Ferreira da Cruz de cancelamento da audiência pública, esta deveria ser continuada para que, em caso de parecer contrários do referido departamento, a prestação de contas não ficaria prejudicada. Ao voltar a se pronunciar, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Marcio Renê Gomes de Sousa, declarou que daria prosseguimento à audiência pública, ao final da qual apresentaria o parecer da Procuradoria Jurídica da Casa. Ao voltar a se manifestar da Tribuna, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, argumentou que julgava importante o debate sobre a saúde pública municipal, independentemente do questionamento interposto pelo edil Carlos Hermes Ferreira da Cruz. Ao voltar a fazer uso da palavra, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Marcio Renê Gomes de Sousa, reafirmou que a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, fora designada pelo titular da pasta, de maneira que daria prosseguimento à audiência pública. Na sequência, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Marcio Renê Gomes de Sousa, abriu inscrições aos edis que pretendessem tecer considerações ou apresentar

questionamentos à secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, ocasião em que o vereador Manoel Conceição de Almeida declarou que aguardaria o parecer da Procuradoria Jurídica da Casa sobre o requerimento do colega Carlos Hermes Ferreira da Cruz de cancelamento da audiência pública. Imediatamente, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Marcio Renê Gomes de Sousa, abriu inscrições a considerações e questionamentos de munícipes e membros da imprensa presentes na Galeria à secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, oportunidade em que nenhum dos presentes se inscreveu. Nesta ocasião, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Marcio Renê Gomes de Sousa, comunicou que suspendia a audiência pública por cinco minutos para aguardar a emissão do parecer da Procuradoria Jurídica da Casa sobre a prerrogativa do titular da pasta da Saúde. Transcorrido esse interregno, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Marcio Renê Gomes de Sousa, procedeu à leitura do Parecer emitido pela Procuradoria Jurídica da Casa, o qual concluía que, do ponto de vista da constitucionalidade e juridicidade, julgava válida a delegação, pelo secretário municipal de Saúde, Alcemir da Conceição Costa à secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, da atribuição de proceder à apresentação do Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do 2º Quadrimestre de 2022 da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde - FMS de Imperatriz. Como nada mais houvesse a tratar, deu por encerrada a Audiência Pública. Tasso Assunção, secretários *ad hoc*, lavrou a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 20 de outubro de 2022.



Marcio Renê Gomes de Sousa
Presidente

Rubem Lopes Lima
Primeiro vice-presidente

Marcio Renê Gomes de Sousa
Primeiro-secretário

Flamarion de Oliveira Amaral
Segundo vice-presidente

Jhony dos Santos Silva
Segundo-secretário

Ricardo Seidel Guimarães
Suplente

João Francisco Silva
Suplente



CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTOS DAS COMISSÕES

TERMO DE CONCLUSÃO E RESULTADOS DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

No dia 20 de outubro de 2022 foi realizado, às 9h no Plenário Léo Franklin, nas dependências do Poder Legislativo de Imperatriz – MA audiência pública referente ao **2º Quadrimestre de 2022**, solenidade esta, que foi realizada pela Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social.

Não houve solicitação de diligências, portanto nada mais a ser tratado.

Digitalize, archive-se.

Imperatriz/MA, 06 dezembro de 2022



Hugo Laranjeira Ferro

Diretor de Departamento das Comissões



Márcio Renê Gomes de Sousa

Presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social